

Zema reafirma apoio à cota 762 para o Lago de Furnas

Qua 30 setembro

O governador Romeu Zema reafirmou nesta quarta-feira (30/9), durante visita a Formiga, que está em interlocução com o governo federal em defesa da adoção de uma cota mínima para o Lago de Furnas que garanta as atividades turísticas e econômicas no reservatório.

“Conversei ontem com o ministro Bento Albuquerque, de Minas e Energia, que me disse estar acompanhando de perto essa situação. Fiz o convite para visitarmos a região e ele ver de perto hotéis que ficaram a 500 metros da lâmina d’água e que foram prejudicados”, afirmou o governador.

De acordo com Zema, a ANA (Agência Nacional de Águas) e o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), que regulam o fluxo de geração de energia elétrica e também o nível das represas, se comprometeram a implementar um plano de recuperação do reservatório.

“Sabemos que nos últimos meses houve uma melhora, mas essa melhora deve se manter por mais tempo, até que a represa alcance o patamar desejado. Vale lembrar que toda essa situação depende de questões climáticas, que fogem ao controle de qualquer um. Mas aquilo que está ao meu alcance está sendo feito. Meu diálogo com Brasília, que tem o controle do nível da represa, tem sido constante”, disse o governador.

Cota mínima

O nível atual de Furnas está em 759,24 metros acima do nível do mar. O esforço é para que seja estabelecida uma cota mínima de 762 metros para a represa, nível considerado suficiente para o uso múltiplo de água, atendendo os municípios banhados pelo lago com a manutenção de atividades econômicas voltadas ao turismo, piscicultura e agropecuária.

No dia 24 deste mês aconteceu a 4ª reunião sobre as condições de operação da Usina Hidroelétrica de Energia (UHE) Furnas e UHE Mascarenhas de Moraes (Peixoto), promovida pela Agência Nacional de Águas.

Foram apresentadas propostas para preencher o reservatório. Participaram da reunião virtual representantes do Ministério de Minas e Energia e do Turismo; NOS; Alago; Movimento Pró-Furnas 762, comitês de bacias e parlamentares mineiros.

O ONS apresentou a primeira proposta para a regra de transição, que inclui a adoção da vazão defluente máxima média mensal de 600 m³ por segundo, em novembro; manutenção da vazão defluente máxima média mensal de 500 m³ por segundo entre os meses de dezembro de 2020 e abril de 2021.